

Professor Leonel Fadigas

"A água

é a questão central do ordenamento do território"



Arquitecto paisagista, professor da Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Leonel Fadigas fala à **Pedra & Cal** da água e do papel vital que este recurso – escasso e de disponibilidade irregular – tem na gestão e ordenamento do território. Um papel tantas vezes subestimado! Curiosamente, é também ele o homem do Plano Estratégico das Caldas da Rainha: uma cidade que gravita em volta da água.

Pedra & Cal – A maneira como o Homem tem vindo a intervir na Natureza tem modificado o próprio ciclo da água. Quais os principais problemas que podem daí advir?

Leonel Fadigas – A água cai do céu! E, talvez por isso, não há muito a noção de que é um recurso escasso. Mas é! E, pior, muitas vezes existe mas não tem qualidade. Nesses casos, seria até preferível que não existisse. Esta é uma realidade que tem a ver tanto com a água para a agricultura como para uso doméstico. Por outro lado, é um recurso cuja disponibilidade é irregular; e o facto de termos muita chuva em determinadas épocas do ano não significa muita água, porque quando esta "vem do céu demasiado depressa", por norma, não é retida. É água que se perde e que acelera os factores de risco ambiental: inundações, destruição de bens e transformação do próprio território. Veja-se, por exemplo, o que aconteceu este ano com a estrada de Armamar: desapareceu devido a uma perturbação do percurso da água na paisagem. Tome-se atenção às cheias periódicas em Águeda; aos deslizamentos de terras em Trás-os-Montes... Catástrofes que, não raras vezes, acontecem porque a ocupação do ter-

ritório não respeita o percurso da água. Depois, há também o problema das contaminações: são os parques de sucatas com as contaminações metálicas; é a contaminação agrícola por excessiva utilização de produtos químicos; o não tratamento de esgotos, etc. No fundo, o problema central da água é o da gestão do seu percurso, em termos da condução e do armazenamento. Nós temos de gerir a água como um recurso reutilizável.

P&C – É então também um problema de ordenamento?

LF – De ordenamento não só da água em si, mas do território onde ela circula, onde se deposita, se armazena e para onde se devolve.

P&C – O que está a ser feito rumo a essa "boa gestão" dos recursos hídricos?

LF – Algumas coisas... O cuidado que a EPAL tem ao nível da captação, armazenamento, tratamento da água e reutilização das lamas, é um dos casos; o Parque Natural da Serras d'Aire e Candeeiros (PNSAC) encontra-se a desenvolver um trabalho notável com a água daquela zona, que está muito contaminada pelos resíduos das suiniculturas; há igualmente alguns esforços na recuperação de zonas ribeirinhas para garantir a

fluidez da água em período de cheia. O facto de termos os leitos de cheia classificados como reserva ecológica nacional, e de isso ser um factor condicionante da sua ocupação, é positivo – embora não resolva, muitas vezes, a circunstância de já estarem ocupados. Enfim, ainda que por mais não seja, por efeito de algumas tragédias que têm acontecido, há o reconhecimento de que é preciso fazer qualquer coisa neste sentido e há sinais de uma preocupação que é crescente.

P&C – E é suficiente?

LF – A consciencialização sendo um primeiro passo, é essencial.

Por exemplo, nunca se discutiu tanto como este ano a questão do sistema das águas subterrâneas em Lisboa. O que até levou a câmara municipal a fazer um protocolo com o LNEC para o estudo dessa situação, que sempre existiu mas que era entendido apenas como um problema da engenharia. E a circulação da água é mais do que isso.

Hoje, podemos considerar que a gestão da água é a questão central do ordenamento do território. Se o séc. XX foi o do petróleo, o séc. XXI será o da água.

P&C – Quais as possíveis consequências pa-

ra o futuro de uma má gestão deste recurso?

LF – Sem água não há vida e essa é a consequência última! Se consciencializarmos isto, percebemos que estamos a pagar a água muito barata: pagamos por um garrafão de cinco litros de água de mesa aquilo que pagamos por um ou dois cafés! Não é possível que o metro cúbico de água da EPAL custe o mesmo que um maço de tabaco! Este é um bem essencial, escasso, cuja disponibilidade nos leva a custos crescentes e a captação e tratamento da água obriga a esforços e investimentos muito grandes para que possa ser distribuída com qualidade.

P&C – Até que ponto a má gestão dos recursos hídricos pode afectar, para além do ambiente, o património construído?

LF – Veja a Baixa Pombalina. É um património único que depende da água. Se não houver água no subsolo da Baixa, não há Baixa que se conserve. Ela está assente em estacaria de madeira, que se mantém sólida e incorruptível por se encontrar debaixo de água. Se alterarmos o sistema hídrico da Baixa – impedindo que a água que desce o vale da Avenida da Liberdade e o vale da Almirante Reis aflua à Baixa –, as cabeças da estacaria de madeira entram em colapso. É o exemplo mais evidente de um património que depende profundamente deste bem.

Esquecemo-nos que há um sítio em Lisboa que se chama Regueirão dos Anjos, e isso quer dizer alguma coisa; que há um sítio que se chama Arroios e arroio quer dizer riacho; que areeiro significa zona de infiltração; que os Restauradores, no séc. XVII, se chamavam Jardins de Valverde, porque é ali que chegam as águas do vale da Avenida da Liberdade. Esquecemo-nos dessas águas porque estão escondidas!

Mas há outros casos: o Convento de Jesus, em Setúbal, que de vez em quando também está dentro de água porque há alterações no sistema das águas subterrâneas; o Convento de Santa Clara e o Choupal, em Coimbra; não falando do risco que podem correr algumas zonas ribeirinhas, não só pela probabilidade da subida do nível das águas na zona costeira como pelo fenómeno de erosão. Se interrompermos o percurso subterrâneo da água, ela tem de arranjar alternativas para passar; o sistema desequilibra-se e vêm os problemas de assentamentos, de dema-

siado fluxo num determinado ponto.

Isto é uma situação muito complicada que tem que ser encarada no processo de planeamento. O ordenamento não é apenas a afectação de usos, mas também de utilização de percursos.

É PRECISO REUTILIZAR A CIDADE**P&C – Como classifica a evolução portuguesa em termos de gestão urbana e territorial nos últimos anos?**

LF – Do ponto de vista legal, temos feito uma produção muito avançada; a sua aplicação prática é que nem sempre é tão cuidada. Basta olhar para o processo de elaboração dos PDM e para o desperdício de áreas chamadas de expansão aí patente. Não houve uma utilização racional do recurso solo. O que teve consequências perfeitamente absurdas. O concelho de Sintra é talvez o caso mais emblemático do disparate urbanístico continuado; mas também podemos falar da utilização e ocupação de algumas zonas litorais que estão a desaparecer, como é o caso da Costa da Caparica, de Esposende, da ria de Faro. Na Costa, todos os dias há um bar que desaparece porque estava fora do sítio... A natureza tem sempre razão!

Agora, o grande desafio é o da revisão dos PDM de 2.ª geração. Estes têm de possuir uma concepção completamente diferente: há que perceber que nós não temos 34 ou 35 milhões de portugueses para pôr nas áreas de expansão que foram definidas na 1.ª geração de PDM e que, nalguns casos, a qualidade de vida passa pela substituição de zonas que foram urbanizadas e não o deviam ter sido; passa por uma melhor utilização do espaço – que é também um recurso.

No que respeita à legislação, peca pela rigidez, por estar desajustada da realidade, o que a torna obsoleta.

P&C – As nossas cidades ainda têm alguma hipótese de se tornarem modelos de uma boa gestão urbana?

LF – Não gosto muito da expressão modelo. Andamos sempre à procura de modelos, e copiar modelos dá sempre disparate. Cada caso é um caso; as cidades são únicas, têm uma história, têm cultura, têm condições geográficas, de localização, de envolvimento social e económico, que lhes permite evoluir de uma forma que não é reproduzível.

Mas olhemos para Bragança e para o que lá se está a fazer em termos da recuperação do rio, da criação do Parque. É um exemplo de que é possível fazer mais pelas cidades. Só que, na maior parte dos casos, essa qualificação não é possível de executar exclusivamente com dinheiros públicos. É um processo que custa muito dinheiro; tem de ser levado a cabo com investimentos privados. Nalguns casos, com mudanças de usos para gerar sinergias, com alguma imaginação e com a certeza de que se terá de deitar abaixo muita coisa construída nos últimos 30 a 40 anos.

P&C – A reconquista da cidade vai ser o desafio deste século?

LF – A regeneração da cidade é, com certeza, o desafio do urbanismo dos próximos anos. Não se trata de fazer a expansão da cidade, mas de refazer a cidade que temos. A linha de Sintra só se pode recuperar deitando abaixo muita coisa, arranjando espaço para ter uma escola, um jardim, um mercado, um infantário, um centro de saúde, para abrir uma rua. Pena é que as soluções tenham de ser necessariamente mais caras por causa dos disparates que se fizeram.

P&C – O futuro da sustentabilidade urbana e ambiental pode passar pela reabilitação do edificado?

LF – Também tem um papel importante neste processo. Mas a reabilitação tem de ser entendida com alguma flexibilidade; não se pode ser fundamentalista ao ponto de manter ou conservar só porque existe. Se olharmos para os bairros históricos em Lisboa, a maior parte daquelas casas não tem habitabilidade; mesmo sendo reconstruídas em termos da fachada, estrutura, etc., as casas de banho não estão lá, ou não são as casas de banho que nós hoje exigimos; os quartos não têm as condições que nós exigimos; não há elevador; os acessos são limitados... Pode dizer-se que são habitações para jovens, mas a juventude é uma doença que se cura depressa! Portanto, não é uma solução de futuro! A reabilitação é fundamental se servir para tornar as cidades apetecíveis; se mantiver as suas características; mas, mais importante, se permitir que as cidades continuem ao serviço das pessoas; se não as puser em clorofórmio. É preciso reutilizar as cidades; elas só sobrevivem quando se adaptam, senão passam a fazer parte da secção de arqueologia dos manuais de história.

CALDAS DA RAINHA VALORIZAR A COMPONENTE ÁGUA

P&C – Quais as prioridades do concelho das Caldas da Rainha, patentes no Plano Estratégico de que é coordenador, para uma boa gestão urbana e ambiental?

LF – Uma é a necessidade de se desenvolverem as acções conducentes à regeneração do Centro Histórico, de modo a manter as características urbanas da área, a permitir a sua modernização – nos casos em que é necessária –, a manter e estimular a actividade comercial das Caldas da Rainha, que é hoje um importante centro comercial regional de céu aberto, cuja qualificação é vital.

P&C – E por onde passa essa qualificação?

LF – Pelas questões do edificado, pela reintrodução ou manutenção das condições de habitação no centro e, também, por uma reformulação do sistema de trânsito e de estacionamento, que torne apetecível e não desvitalize o centro da cidade. Passa de igual modo pela requalificação da mata e do parque, com a protecção do património termal (quer das águas enquanto recurso quer do hospital termal e dos pavilhões do parque enquanto edificado).

Uma das questões postas no Plano Estratégico das Caldas da Rainha é a classificação patrimonial do conjunto termal: a recuperação, a regeneração, a salvaguarda e a valorização do conjunto do edificado mais próximo da zona termal, o chamado conjunto joanino, e, noutra medida, a valorização de tudo quanto é componente água – não só as termas mas também a vizinhança da Lagoa de Óbidos, de São Martinho do Porto, do Paul da Tornada, que podem ser ligados através de circuitos pedonais, culturais, etc. E, hoje, ainda é possível fazer a articulação funcional desses espaços.

A outra área de intervenção é a das zonas de expansão mais recentes. A cidade cresceu nos últimos 20 anos, com um urbanismo, em termos globais, de má qualidade, cuja arquitectura também não é brilhante em problemas naquilo que são "áreas de desafogo": precisa de equipamentos de recreio e desportivos próximos das habitações e de reordenar toda a estratégia de expansão. Há um défice de espaços públicos – e estou a referir-me até à largura dos passeios. Nós, em Portugal, ainda consideramos que um metro e



A reabilitação é fundamental, se permitir que as cidades continuem ao serviço das pessoas

meio de passeio é quanto basta. O que é um disparate; é não entender a função do espaço público na qualificação do espaço urbano. Porque, hoje, os passeios já não são só para as pessoas passarem: servem para colocar um mupi, a paragem do autocarro, a papeleira, o telefone, o marco dos correios, os vidrões... e depois nós não cabemos.

É também necessário prevenir para que as novas expansões não tenham nada a ver com o que foi feito nos últimos 30 anos.

A cidade das Caldas da Rainha tem 25 mil habitantes, e, durante o dia, praticamente dobra a sua população; tem mais de 50 por cento da população do concelho e potencialidades e pressões de crescimento que podem vir a fazer dela uma cidade de grande qualidade.

P&C – Qual a sua opinião sobre a possível candidatura das Caldas a Património Mundial?

LF – É um sonho! É um objectivo! Mas que não é para ser posto em prática nos tempos mais próximos. Primeiro tem de se fazer tudo o que está no Plano Estratégico, só depois haverá condições para ir para a candidatura. Quando se fala na classificação patrimonial do conjunto termal, fala-se do ponto de partida. Mas isso só, não chega: é preciso mostrar que vamos tratar o recurso termal, as instalações e as envolventes, incluindo a cidade, de acordo com essa situação.

P&C – Que ligação podemos fazer entre as "águas" das Caldas e o seu património construído?


LF – A cidade cresceu à volta das termas, mas as termas só têm sentido, só evoluíram e permaneceram esta centena de anos, porque a cidade cresceu e se organizou à volta delas. Foi também assim que se tornou uma cidade cosmopolita: o facto de ser uma cidade termal fez dela uma cidade extremamen-

te avançada no quadro português dos anos 40 e 50; quer do ponto de vista cultural quer social... Foi também terra de acolhimento dos refugiados da II Grande Guerra, o que lhe proporcionou uma experiência de inserção social muito interessante e da qual beneficiou, convivendo com novos modos de vida, numa altura em que o país estava isolado, e contactando com gente de grande interesse cultural; diversificou-se e abriu-se ainda mais ao mundo.

P&C – Ainda mantém essas características?

LF – Mantém. Também por isso tem de ser potenciada como centro turístico: está junto a uma costa interessante de Peniche à Nazaré; tem turismo cultural – Óbidos, Alcobaça, Batalha, Ourém –; tem uma belíssima gastronomia em toda a zona de costa e de interior; metade da população do país está a uma hora, hora e meia, desta cidade; a cidade é, de facto, um centro regional qualificado que importa reforçar.

A actividade cultural, nas suas diferentes formas, também constitui um factor de valorização de turismo: não é por acaso que um dos melhores restaurantes da região Oeste está na Fábrica Bordalo Pinheiro. Será interessante saber que há um investidor interessado em apostar na transformação dos celeiros da EPAC num hotel; o que do ponto de vista da arquitectura é um exercício extremamente interessante, bem como o é do ponto de vista da memória da cidade. E não será o hotel mais barato de construir!

Mas para além de todas estas potencialidades, a cidade tem energias e possui uma enorme capacidade de iniciativa e muito dinamismo. 

Entrevista de HELENA AZEVEDO
e fotos de TELMO MILLER.